

Os Recursos do Futuro: Um outro discurso

Eni Puccinelli Orlandi

Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb)/NUDECRI

Introdução

Gostaria de iniciar fazendo um jogo com as palavras. Invertendo as que constituem o tema deste número da revista, proponho: Os recursos do futuro. Por que invertemos? Pelos efeitos de sentidos que são diferentes nessas duas formas de enunciar, como procuraremos mostrar. Nessas duas formas, aparentemente próximas, distintos compromissos teórico-político-sociais e ideológicos se confrontam. Assim como se desenham distintas formas de pensar o sujeito social e a história.

Prognósticos, preferências, expectativas – presentes em primeira linha no enunciado “O futuro dos recursos” - não ajudam a refletir porque não se baseiam numa compreensão maior do estado de fato do que produzimos hoje, já que toma uma direção excessivamente pragmática. Por isso, como é de meu domínio específico, vou tratar do tema, pela linguagem, começando por desestabilizar o dito, tal como ele vem se pondo, de modo fixado, estereotipado, como se fosse uma evidência em seus sentidos cristalizados, funcionando como algo que se sustenta como idéia comum.

Por essas reflexões veremos que o tema, tal como está enunciado, é feito de um equívoco (M. Pêcheux, 1982) que procurarei trazer à tona: supõe que podemos decidir sobre o futuro dos recursos. E mais: como se, os que decidimos, estivéssemos em lugar privilegiado dessa história, tendo domínio sobre ela.

Por outro lado, e inspirada na ministra Marina Silva, do meio ambiente, vou trazer mais um enunciado constituído de uma proposta de uma inversão, esta explícita, feita pela ministra: “Temos que inverter a cultura que usa toda força para punir os pequenos e é impotente diante dos poderosos”. Com algumas diferenças, que exponho em seguida, vou guardar também essa forma de inversão, dita pela Ministra, para organizar esta reflexão.

Na maneira como compreendo os discursos da conjuntura capitalista, falar em pequenos e poderosos é já sucumbir ao discurso que tem mantido a situação tal qual e, por

outro lado, falar em “cultura”(aqui cultura está no lugar de ideologia e por isso, ao não dizê-la, não a pensa) é tirar a contundência do processo que leva a isso. Na perspectiva em que analiso esta questão, quanto ao enunciado da Ministra, eu deslocaria uma palavra, re-significando outra. E isto sem sair do regime capitalista de significação que é o que rege a fala da Ministra. Como sabemos, na ordem capitalista as questões são de Direito. Usando então o mecanismo da paráfrase, próprio à análise de discurso, podemos dizer com este deslocamento, parafraseando a Ministra: “Temos que inverter o processo judiciário que usa todo rigor para punir os pequenos e compactua com os poderosos”. Onde “pequenos” também pode ser substituído por “pobres, pequenos empresários, *sujeitos sociais sem recursos*, enquanto “poderosos” pode ser substituído por “ricos, grandes proprietários ou empresários, *os que têm recursos*”. Como podemos ver, um enunciado pode ter muitas versões, e nelas, os sentidos não são os mesmos. Fica aqui apontado já um outro lugar para se pensar “recursos”. Passemos agora ao que estamos propondo.

Assim, na proposta do outro enunciado (os recursos do futuro, título de meu texto), para partir do que temos, volto-me para o que se dá com os recursos que são os nossos. Isto porque, como disse, na outra formulação – o futuro dos recursos – pressupõem-se que temos estes recursos e nos debruçamos sobre a vontade de mantê-los, expandi-los ou sobre a ameaça de perdê-los. Já na formulação que proponho – os recursos do futuro – admitimos o não-sabido, o não existente e o que poderá vir a existir. Não somos onipotentes, nem podemos pensar que nossas vontades determinem o futuro. Mas podemos refletir sobre o que temos e deixar aberta a porta do que se pode passar entre o irrealizado e o possível. Isto talvez nos resguarde dos discursos catastróficos (natureza) ou do discurso comportamental (moral). E da nossa estrita racionalidade. Precisamos lidar com o que não sabemos e, no caso, com o que, do social, certamente produzirá seus efeitos, apesar de nossas vontades.

Volto-me para o que, em minhas pesquisas sobre ambiente (R. Trajber e L.H. Manzochi,1996), tenho encontrado na ordem do discurso que fala sobre recursos.

No caso, trata-se do discurso político, de sua constituição, formulação e circulação, produzindo seus efeitos. E o discurso político pode ser definido, justamente, como o discurso que, afetado pelo poder, diz das relações de forças e de sentidos que relacionam sujeitos sociais na história em função do seu poder fazer nas condições de suas existências em sua estabilidade e movimento.

Finalmente, é preciso localizar que esse discurso – o dos recursos – arregimenta a ciência e o trabalho social da imprensa. Trata-se aí do discurso midiático, de uma forma de divulgação científica. Temos então três componentes: o político (e o simbólico), o científico (e o pedagógico) e o midiático.

Os sentidos que se cruzam no discurso dos recursos/ambiente.

Retomo brevemente aqui algumas conclusões a que cheguei em estudo anterior sobre o discurso pedagógico e midiático sobre o ambiente.

Inicialmente, o fato de que é um discurso fortemente arregimentado pelo processo significativo do discurso empresarial, que acaba projetando um público alvo que precisa saber certas coisas enquanto consumidores. Saber este fortemente atado à idéia de “informação”. Não são pois sujeitos simbólicos (que significam e se significam em suas histórias e formações sociais) aí enunciados mas sobretudo “usuários”, bem ou mal “informados”. Alia-se a esta característica o fato de que é um discurso de fortes características político-administrativas, embora se sustente em argumentos que procuram autorizar-se a partir de sua cientificidade (ciência econômica, física, biológica, ambientalista e muitas outras). Este discurso explora assim menos os processos e relações e mais as conseqüências e resultados. Em geral, traz ainda uma carga enorme de preâmbulos que dispõe seu consumidor ao efeito de uma grande quantidade de “informações” presumivelmente necessárias. Desliza facilmente para preconceitos (que pretende eliminar), muitas vezes para a nostalgia de um mundo idealizado e afeta o óbvio – próprio do sistema capitalista - de uma grande importância e necessidade. O jogo mais forte se dá entretanto na articulação entre as dimensões conceptual, tecnológica e administrativa. Se, de um lado, o imediatista, afeta o sujeito na direção do comportamento, de outro, pende resolutamente para o investimento da “racionalidade” empresarial, administrativa.

A meu ver, no entanto, um discurso mais produtivo, quanto a este tema, o dos recursos, seria aquele que admitisse a irracionalidade, a relação da sociedade com a história (nem sempre previsível) e com o político (tenso de dissensões), assim como com o imaginário que rege as relações com o real e com o simbólico (o que faz sentido). Ao invés de apresentarem-se, então, como reflexões, são antes discursos de “campanhas” (mobilização e militância a partir de uma posição, nem sempre visível, mas já sempre

tomada e pre-fixada), ou de prestação de contas de/a órgãos governamentais ou projetos econômicos mal sustentados nas necessidades sociais historicizadas.

Estes textos falam mais com outras organizações do que com interlocutores sociais diferenciados. Tudo isso, segundo o que penso, vem comprometido pelo fato de que não se atenta aí à contradição (observe-se que não estou dizendo oposição) entre o natural e o social.

Em resumo, trata-se, na maior parte das vezes, de um discurso em que o locutor principal é a Empresa e o objeto é a Terra (com T maiúsculo, mundo) num sentido que eu chamaria de planetário (E. Orlandi, 2001), disperso, não sujeito às vicissitudes das relações sociais concretas e com o trabalho. Nada demais quanto a isso. Se não parasse aí. O que falta é que esse discurso se signifique pensando a relação entre o governo, a administração, a ciência e o público. Estabelecer-se-ia então uma conversa real entre a experiência e o conhecimento, situados na dimensão histórica e social em que, enquanto sujeitos, produzimos nossa existência. A terra não seria apenas a Terra (planetária) mas terra (solo em que vivemos) e o mundo teria suas determinações reais concretas (não só sujeita a cálculos, mas a movimento, desorganização, transformações). A sociedade, quando aparece, aparece do lado do mal: ou é atacada, ou apagada, ou negada. O pressuposto é de que nada se pode fazer pelo social – embora se tente – mas nem por isso se deva ficar omisso em relação a uma pretensa “consciência”, racionalizada pelo discurso da economia e da política burocrática. Isso, a meu ver, mostra na realidade que falta inscrever-se decisivamente em valores sociais e posições políticas explícitas e significadas. Por isso esses discursos desembocam na maior parte das vezes em um fechamento. A abertura estaria em se tematizar a questão estrutural sócio-política como parte de um processo político e não como uma excrecência dele. Nesse sentido, insisto sobre o fato de que a questão é estrutural, sócio-histórica. E portanto deve incluir a reflexão sobre seres sociais históricos e simbólicos (significantes do mundo e de sua própria vida). Os recursos são, antes de tudo, *recursos humanos*. Vale ressaltar que não se trata aqui do sentido reduzido pelo uso desta expressão tal como ficou caracterizado pelo discurso administrativo, na sigla RH. Estamos pensando os recursos humanos enquanto seres sócio-históricos, sujeitos simbólicos que se significam e significam o mundo em que vivem.

Em seguida, creio que o aspecto mais importante a ser trazido para a reflexão é que esses discursos sobre o futuro dos recursos (e não como proponho os recursos do futuro) evitam a questão da necessidade das rupturas. São em geral reformistas. Esvaziam assim o social como estruturante e ficam em seus efeitos, falando ou do muito geral e abstrato – os cálculos economicistas – ou do que só tem micro alcance – desliza para o indivíduo. Novamente aqui chamo a atenção para o silenciamento (Orlandi, 1992), nesse discurso, de um sujeito não só usuário mas histórico, social e politicamente significado, produtor de sua existência.

Dessa maneira – há um sentido privilegiado para a noção de recursos? – passando ao largo da espessura semântica do que sejam os recursos, eles adiam a experiência ou caem no ativismo, no imediatismo.

Para sair dessa formação de dizeres, como disse antes, penso que se deva re-introduzir nessas discussões a irracionalidade, o imaginário, o político, necessariamente presentes no que diz e no que faz o homem; em outras palavras, o sujeito sócio-histórico constituído pelas relações de poder e afetado pela ideologia. Seria para mim uma maneira de atravessar os efeitos que esse discurso produz, saindo assim de sua própria armadilha.

A Ciência, a Tecnologia, a Administração.

Há, quando falamos dos recursos, um dizer já dito e significado que sustenta nosso próprio dizer. E isto é o que constitui a ideologia na análise de discurso. Quando interpretamos, interpretamos com sentidos já postos, evidentes, e nem sabemos como eles se formaram em nós. Estão lá. Disponíveis. Fazem parte de nossa memória, nosso “saber” discursivo. Desde que ouvimos algo, esses sentidos estão lá prontos para “significarem”. Com efeito, é por esse modo de funcionamento ideológico da linguagem que passamos sem refletir sobre o fato de que há um recobrimento entre a ciência, a tecnologia e a administração (governo) (M. Pêcheux, 1984). De tal forma que quando falamos cientificamente (dos recursos) isto também já faz um sentido tecnologicamente e serve à administração das relações entre os sujeitos da nossa sociedade. É isso que queremos dizer quando afirmamos que há em todo dizer uma relação intrínseca entre o simbólico e o político.

Pois bem, nesse assunto de que estamos tratando e, envolvidos pela importante maneira como a mídia aí faz circular esses discursos, aponta sem dúvida a importância das novas tecnologias de linguagem na produção dos efeitos de sentidos produzidos quando falamos em futuro dos recursos/recursos do futuro.

As novas tecnologias de linguagem representam uma possibilidade de reorganização do trabalho intelectual e do trabalho da interpretação. E elas são, como muitos outros, recursos do futuro. Assim, sem supervalorizá-las mas sabendo que elas contam, podemos desenvolvê-las na direção de sustentar uma abertura para o que possam a vir significar...no futuro. No seu modo de funcionamento podem inaugurar-se novas relações entre a ciência e a administração (E. Orlandi, 2003). Não estacionamos assim na informação e na quantidade, mas na qualificação de nossas tecnologias em função do que podemos definir como novas formas de ciência. Assim procedendo podemos estabelecer uma outra equação: o futuro é a ciência/ o futuro é a sociedade em que o que interessa é menos o que são em si ciência e sociedade mas a natureza desse vínculo. Trata-se de se repensar a própria noção de ciência, pega na interrelação com a tecnologia e a administração tendo a linguagem como sustentação. Nesse caso então elabora-se a própria noção de ciência e de organização do trabalho intelectual (novas tecnologias de linguagem) em seu alcance (onde inclui certamente as formas de se praticar o jornalismo científico, na distribuição do trabalho da ciência na sua presença na sociedade).

Há, nessa perspectiva em que estamos refletindo, então, um recobrimento dessas três instâncias de maneira que é impossível não se transitar de uma para outra e não necessariamente nessa mesma ordem: ciência, tecnologia, administração.

Se assim é, e se pensamos rigorosamente as inversões que enunciamos acima, recoloca-se, para a questão dos “recursos”, tratá-la em uma perspectiva das ciências humanas, não separando conhecimento/experiência, teoria/prática. E os equívocos que têm sido praticados vêm justamente dessa dificuldade: a de pensar os “recursos” do ponto de vista das ciências humanas – reintroduzindo a materialidade histórica, a ideologia e os sujeitos sociais - e sem separar estritamente as instâncias (ciência, tecnologia, administração) em que a mesma palavra “recurso” produz diferentes efeitos de sentidos. Basta pensar o que é recurso em ciência, em tecnologia, em administração.

São os sujeitos sociais os atores dessa história. Politicamente significados e capazes de significarem-se em suas histórias nos confrontos entre o político e o simbólico. Portanto, é preciso não esquecer, quando falamos em recursos e em seu futuro, que esses sujeitos, que são antes de tudo sujeitos de linguagem, são os recursos principais sem os quais não há sociedade, não há história, não há futuro. E é portanto trabalhando na contradição entre o natural e o social – em que a ciência, a tecnologia e a administração jogam seu intrincado jogo – que enfrentaremos esta questão real, elaborando seus equívocos. Assim é que a linguagem deixa de ser mera informação ou comunicação para adquirir em sua materialidade o estatuto de “instrumento” (P. Henry, 1993) de conhecimento, onde teoria e prática não fazem senão um. Se os recursos são então este sujeito, ou seja, o homem tomado simbólica e historicamente, e ideologicamente significado, com suas possibilidades, por seu lado, é o político que dá a dimensão do futuro.

Bibliografia

- P. Henry (1993) “Os fundamentos teóricos da análise de discurso de Michel Pêcheux”, in *Por uma análise automática do discurso*, F. Gadet e T. Hak (orgs), Ed. Unicamp, Campinas.
- E.P. Orlandi (1992) *As Formas do Silêncio*, Editora da Unicamp, Campinas.
- E. P. Orlandi (2001) *Discurso e Texto*, Pontes eds, Campinas.
- E.P. Orlandi (org.)(2003) *Para uma enciclopédia da cidade*, Pontes eds., Campinas.
- M. Pêcheux (1982) “Lire l’archive aujourd’hui” , trad. Brasileira (1996), in *Gestos de leitura*, Ed. Unicamp, Campinas.
- M. Pêcheux (1984) “Discours: Structure ou Événement?”, trad. Brasileira, Pontes eds., Campinas, 1990.
- R. Trajber e L.H. Manzochi (orgs) *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*, Gaia editora, São Paulo, 1996.